



# DEBATE DO ESTADO DA NAÇÃO

## DISCURSO DE RUI RIO

Senhor Presidente  
Senhor Primeiro Ministro  
Senhoras e Senhores membros do Governo  
Senhoras e Senhores Deputados

É impossível que o debate do Estado da Nação de 2020 não fique marcado na história pela pandemia com que o mundo se tem confrontado.

O seu efeito brutal na Saúde, na Economia, na Educação e, fundamentalmente, no patamar social obriga-nos a deixar aqui claro as prioridades que o País e, em particular, a sua governação devem seguir no futuro próximo.

O Governo não é responsável pela existência da Covid-19 e dos seus efeitos devastadores na nossa sociedade, mas é responsável pela resposta que estiver capaz de dar a esses mesmos efeitos.

É da responsabilidade da pandemia a queda brutal do nosso crescimento económico, mas serão as políticas do Governo que determinarão o sucesso ou insucesso da recuperação do País. Dito de outra forma, que poderão conduzir a um maior ou menor sofrimento das pessoas no curto e, principalmente, no médio prazo.

No quadro da Saúde, com a experiência já adquirida, impõe-se uma resposta capaz não só ao nível do combate à epidemia, como, principalmente, no quadro do seu funcionamento quotidiano. Não é justo, nem pode acontecer, que continue a haver portugueses sem o devido e atempado tratamento de todas as demais patologias. Se, no início da pandemia, em Março e em Abril, tais falhas se poderiam compreender, com o decorrer do tempo estas falhas são absolutamente inaceitáveis. É imperioso que haja organização e eficácia no SNS, para evitar ou pelo menos minorar ao máximo o sofrimento das pessoas.

Na educação os danos infringidos aos alunos, em particular aos oriundos das classes sociais mais desfavorecidas, reclamam uma capacidade extra do Ministério da Educação para adaptar o próximo ano lectivo, de molde a se conseguir recuperar os atrasos que este ano provocou. Se o Governo tal não fizer, temos de ter a consciência de que estamos a penhorar o futuro do País em geral e dos nossos jovens estudantes em particular.



É, no entanto, na economia que tudo se vai decidir. Sem recuperação económica não haverá meios suficientes para todos os demais setores, a começar pelo setor social, que é aquele que mais diretamente consegue ajudar as pessoas a minorar o seu sofrimento.

É certo que o País precisa de uma resposta de curto prazo para dar às empresas rentáveis, cujo setor de atividade ainda permanece diretamente afetado pela pandemia. Mas o País precisa, acima de tudo, de saber colocar os avultados fundos europeus ao serviço de uma estratégia virada para a competitividade da nossa economia, e não para uma mera distribuição de obediência conjuntural ou para projetos irrealistas ou megalómanos.

A economia pós Covid-19 terá alterações muito significativas relativamente à situação presente. Portugal precisa, por isso, de moldar a sua estrutura produtiva de acordo com aquilo que vai ser a nova realidade. Daí a enorme importância de uma utilização rigorosa e eficaz do gigantesco montante de fundos que a União Europeia decidiu por à disposição de Portugal. Cair na tentação política de agradar apenas no curto prazo, distribuindo as verbas em função de lógicas partidárias ou de submissão aos interesses mais poderosos, será penhorar o futuro da nossa sociedade e fazer exatamente o contrário daquilo que se impõe; se tivermos a coragem de ter exclusivamente em vista melhorar a nossa qualidade de vida, defender o futuro dos mais jovens e proteger aqueles que mais precisam de nós.

Temos de ter consciência que no estado em que se encontra a nossa dívida pública e o nosso endividamento externo, qualquer erro que o Governo cometa terá efeitos decisivos para o nosso futuro coletivo. Desta vez, não há margem para falhar, nem margem para adiar.

Um exemplo concreto de que tal assim é foi a nossa incapacidade diplomática de explicar a realidade sanitária portuguesa, e assim conseguir que os aeroportos de Faro e do Porto não sofressem as consequências do recente estado da pandemia na região de Lisboa e Vale do Tejo. Uma falha governamental que, de imediato, trouxe graves e diretas consequências para o Algarve como um todo e para muitos algarvios em particular.

Não é, por isso, entusiasmante ver o Governo falhar de forma significativa as previsões macroeconómicas constantes do orçamento suplementar, e é, acima de tudo, altamente preocupante assistir à forma como têm sido geridos os dossiers da TAP e do Novo Banco.

Estamos perante dois monstros de proporções gigantescas em face da debilidade das nossas finanças públicas e da conjuntura económica e social que atravessamos.



No Novo Banco não se entende como o Governo entrega recorrentemente milhões de euros dos nossos impostos, sem cuidar de analisar ao pormenor a justeza desses pagamentos e a razoabilidade das perdas invocadas. Perdas que o banco apurou na venda de imóveis, precisamente em tempo de forte alta do mercado imobiliário. O Novo Banco deve ter sido o único proprietário em Portugal que, nos anos imediatamente anteriores à pandemia, vendeu imóveis a perder dinheiro. E mais estranho se torna, quando, pelas notícias que ouvimos, parece ter vendido a fundos de investimento com ligação recente ao presidente do seu próprio Conselho Geral de Supervisão. Ainda que esta transação possa ser vir a ser considerada formalmente legal, ela é eticamente muito questionável e carece de pormenorizado esclarecimento.

Aliás, também não se entende, por que razão o Novo Banco agrupa em lotes gigantescos os imóveis que pretende alienar, restringindo a procura e reforçando, assim, o peso negocial dos potenciais compradores.

Tudo isto que temos visto e ouvido é já suficiente para que o Ministério Público se possa debruçar sobre a forma como este contrato de venda do Novo Banco à Lone Star tem vindo a ser executado.

Perante todo este enquadramento, e como já aqui tive oportunidade de referir há cerca de dois meses, impunha-se que o Governo cuidasse de aferir com exatidão o valor dos largos milhões de euros que amiúde tem transferido das nossas depauperadas finanças públicas para este insaciável sucessor do ironicamente apelidado de "Banco Bom".

Mas se também olharmos para a forma como o Estado entrou na TAP, tudo nos faz temer o pior. A TAP é uma empresa falida, por permanente acumulação de prejuízos. A TAP não foi capaz de apresentar um plano de negócios e a correspondente reestruturação. A TAP apenas pediu o dinheiro que entendeu, e o Governo decidiu de forma temerária entregar-lhe imediatamente mil milhões de euros. Verba que, aliás, serve, entre outros fins, para pagar o lay-off principesco que a TAP, apesar de não ter dinheiro, resolveu pagar aos seus colaboradores, a exemplo dos prémios salariais que gosta de distribuir em anos de prejuízo. É também para isso que vai agora o dinheiro dos impostos dos portugueses, inclusive daqueles que estando ou tendo estado em lay-off, viram os seus salários cortados em um terço até 1.900 € e na totalidade acima desse valor.

Como eu sempre disse: sem plano credível, sem uma reestruturação devidamente negociada e sem um horizonte claramente definido, o Estado não devia entrar num negócio que tudo tem para ajudar o País a arruinar-se financeiramente.



Temos muitas necessidades. Temos muitas pessoas a passarem dificuldades. E temos as finanças públicas num estado altamente preocupante. Só isto, por si só, merecia que o Estado tratasse destes dois brutais dossiers de forma bem mais prudente.

Que explicação dará o Governo ao País, se daqui por um ano a TAP estiver de mão estendida a pedir mais uns largos milhões de euros aos portugueses?

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

O Governo e os partidos da denominada geringonça tem repetido à saciedade que não haverá austeridade. Significa que não serão austeros e que, por consequência, os portugueses não terão de sofrer com ainda mais falências, com elevado desemprego, relevantes quebras no seu rendimento e grave degradação dos serviços públicos, principalmente dos que visam responder aos problemas de natureza social.

É um objetivo que ninguém pode recusar. Só quem não estiver no seu juízo perfeito, não deseja que tudo corra da forma como o PS, o PCP e o Bloco de Esquerda têm repetidamente prometido ao País.

Da parte do PSD estamos conscientes do estado da nação e sabemos o que Portugal verdadeiramente precisa.

- Precisamos de serviços públicos de maior eficácia, de molde a servir melhor as pessoas, a reduzir o excesso de burocracia e a atenuar os custos de contexto que dificultam o funcionamento da nossa economia.
- Precisamos de uma Justiça mais célere, mais moderna e mais competente. Uma Justiça que não entrave a atividade económica e que combata a corrupção com competência e eficácia no lugar certo - que são os tribunais e não as páginas dos jornais.
- Precisamos de investimento público com forte poder de arrasto e grande efeito multiplicador para ajudar à retoma económica e, fundamentalmente, para ajudar a reforçar a competitividade da nossa economia.
- Precisamos, acima de tudo, de criar as condições necessárias para que as nossas PME's reforcem a sua competitividade nos mercados externos com produtos de maior valor acrescentado, de forma a criarem mais e melhores empregos para os portugueses.



Senhor Presidente

A pandemia com que o País se confronta é um fenómeno altamente negativo e prejudicial para todos nós. Todos preferíamos que tal não tivesse acontecido.

Mas tendo acontecido, temos de ser capazes de reagir da forma mais eficaz e mais competente que estiver ao nosso alcance.

Temos de ser capazes de transformar, com a enorme ajuda dos fundos europeus, a ameaça que sobre nós tem pairado, numa oportunidade de modernização da nossa sociedade e de reforço da nossa competitividade.

Saibamos extrair da situação que vivemos o que de positivo ela nos pode trazer e ultrapassar com trabalho, sabedoria e seriedade as graves dificuldades que ela nos coloca.

Se tantas vezes assim foi no passado, assim terá de ser no presente.